ISSN: 2358-8829

JUVENTUDES PELA DIVERSIDADE: EDUCAÇÃO, RESPEITO E CIDADANIA[1]

Carla da Silva Nunes [2]
João Victor Monteiro Silva [3]
Lucélia de Moraes Braga Bassalo [4]

INTRODUÇÃO

O artigo discute a juventude e a diversidade a partir de um estudo desenvolvido com estudantes do 1º ano do Ensino Médio de uma escola estadual em Belém do Pará, a partir de um projeto de extensão. O objetivo do texto é demonstrar a importância de ações que promovam reflexões sobre diversidade sexual e gênero na escola e incentivar práticas de respeito e cidadania.

Compreendemos a escola como espaço de formação cidadã e de enfrentamento às desigualdades e preconceitos, como um espaço de socialização em que se aprendem, de modo explícito ou silencioso, as normas sociais sobre gênero e sexualidade. A instituições escolares participam da produção das diferenças entre os sujeitos, e o silêncio sobre a diversidade também é uma forma de ensinar, pois torna invisíveis os estudantes que não se ajustam à norma (Louro, 2001). Nessa direção, Borrillo (2010) compreende a homofobia como uma manifestação que consiste em designar o outro

---

[1] Resumo expandido resultante de projeto de extensão da Universidade do Estado do Pará (UEPA), desenvolvido no âmbito do Edital nº 109/2025 – Convocação de Discentes para Apresentação de Ações de Extensão voltadas ao público LGBTQIAPN+, com discentes bolsistas.

[2] Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), carla.ds.nunes@aluno.uepa.br

[3] Graduando do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade do Estado do Pará (UEPA), joao.vm.silva@aluno.uepa.br

[4] Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA). Líder do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero, Sexualidade e Sociabilidade (JEDS/UEPA). lucelia.bassalo@uepa.br

ISSN: 2358-8829

como inferior ou anormal, e os estudos reunidos por Junqueira (2009) evidenciam sua presença no cotidiano das escolas brasileiras.

O estudo utilizou os resultados do projeto de extensão, intitulado "Juventudes pela Diversidade: Educação, Respeito e Cidadania", utilizado também como estratégia de formação reflexiva junto a 41 estudantes do 1º ano do Ensino Médio de uma escola estadual de Belém do Pará, em outubro de 2025.

Como estratégia de formação reflexiva, o projeto intencionou evidenciar a importância de ações que promovam reflexões sobre diversidade sexual e de gênero no contexto escolar, incentivando práticas de respeito e cidadania, visando 1) identificar as percepções dos estudantes sobre gênero e sexualidade, bem como o nível de diálogo e acolhimento presente na escola; 2) promover a escuta ativa e a problematização das experiências vivenciadas por eles; oferecer uma contribuição formativa sobre aspectos históricos e sociais da população LGBT+; e 3) construir coletivamente um produto que simboliza o compromisso da turma com o respeito às diferenças.

Diante disso, o estudo reafirma a importância de desenvolver ações educativas que reconheçam as juventudes em sua pluralidade e compreendam a diversidade sexual e de gênero como dimensões constitutivas das experiências dos sujeitos. A articulação entre produção do conhecimento e experiência extensionista evidencia que a universidade e a escola precisam se constituir como um espaço de diálogo, escuta, acolhimento e problematização das normas e preconceitos que atravessam as relações sociais, criando condições para que estudantes expressem suas vivências e construam outros modos de convivência.

METODOLOGIA

O estudo, de abordagem qualitativa (GIL, 2008) teve como ponto de partida uma ação de extensão universitária. A ação foi realizada em uma Escola Estadual de Ensino Médio, em Belém (PA), com 41 estudantes do 1º ano do Ensino Médio. Foram utilizadas três técnicas de produção de dados. A primeira foi um questionário on-line, com o caráter de diagnóstico, e aplicado antes das atividades presenciais, não exigia identificação, com perguntas abertas e de múltipla escolha. O instrumento buscou

ISSN: 2358-8829

compreender o contato prévio dos estudantes com o debate sobre gênero e sexualidade (na escola, nas redes sociais, em casa), o acolhimento e a segurança para falar do tema em sala, o conhecimento de pessoas LGBT+ que são referências sociais e a importância atribuída ao debate para um ambiente escolar mais justo e democrático. O questionário foi respondido por 14 dos 41 estudantes participantes de forma anônima e as falas dos estudantes foram apresentadas sem identificação. Seus resultados orientaram a linguagem e a abordagem das intervenções.

A segunda técnica foi a roda de conversa, entendida como instrumento metodológico que favorece a escuta, a troca de experiências e a construção coletiva de sentidos (MOURA; LIMA, 2014). No primeiro encontro, a mediação partiu das perguntas "O que é respeito?" e "O que é preconceito?" e do questionamento sobre se a escola aborda temas como a homofobia. Neste momento foram registrados os posicionamentos das e dos participantes por meio de anotações.

No segundo encontro, os estudantes assistiram ao vídeo "Ideologia de gênero: que balela é essa?", do canal BdF Explica, do Brasil de Fato, usado como ponto de partida para discutir concepções equivocadas sobre o termo. Em seguida, foi apresentada uma exposição dialogada intitulada "Diversidade, Modernidade e Cidadania", abordando aspectos históricos e sociais da população LGBT+, e movimentos de resistência como a Revolta de Stonewall nos Estados Unidos e a Operação Tarantula em São Paulo. Além de problematizar a desinformação como estratégia da extrema direita nos últimos anos, utilizando como exemplo as narrativas em torno do projeto Escola Sem Homofobia, contava deste projeto a criação de um Kit Educativo, de combate a homofobia nas escolas, destinado a professores, que foi nomeado como “kit gay” por grupos da extrema direita no Brasil.

A terceira técnica foi a produção coletiva de um cartaz, realizada ao final da ação. As falas e observações das rodas foram registradas pela equipe e sistematizadas no relatório de execução do projeto. Para a análise, os dados foram organizados em categorias: acolhimento e experiências de preconceito na escola; segurança e diálogo em sala de aula; conhecimento de referências LGBT+; e importância do debate para um ambiente escolar justo e democrático.

REFERENCIAL TEÓRICO

ISSN: 2358-8829

Pensar uma ação com jovens do ensino médio exige, antes, reconhecer quem são esses sujeitos. Dayrell (2003) critica a visão que reduz a juventude a uma fase de transição, um "vir a ser", e defende compreender o jovem como sujeito social, que carrega história, valores e saberes construídos dentro e fora da escola. Há, nesse olhar, muitas formas de viver a juventude, marcadas por origem social, território, gênero e experiências diversas. Quando a escola enxerga o estudante apenas como aluno, deixa de ouvir justamente o que ele sabe, sente e vive sobre temas como gênero e sexualidade. É por esse caminho que este trabalho toma a escuta dos estudantes como ponto de partida, e não como etapa secundária.

Sobre aquilo que se escuta, parte-se da compreensão de que gênero e sexualidade não são dados naturais e fixos, mas construções sociais e históricas. Para Butler (2003), as normas de gênero estabelecem uma relação supostamente coerente entre sexo, gênero e desejo, e os sujeitos que rompem essa coerência são tratados como desvio. O gênero, nesse sentido, é produzido por práticas reiteradas que parecem expressar uma essência, o que explica por que a diferença costuma ser lida como anormalidade.

Louro (2001) leva esse debate para a educação e mostra, em perspectiva pós-estruturalista, que a escola é um dos lugares em que as diferenças são produzidas e hierarquizadas, seja pelo currículo, pelas regras e linguagens do cotidiano, seja pelos silêncios. O que não é dito na sala de aula também educa, e muitas vezes educa para a invisibilidade de quem não se ajusta à norma.

É nesse terreno que a homofobia se enraíza. Borrillo (2010) a entende não como uma simples atitude individual de rejeição, mas como uma ordem que hierarquiza as sexualidades, tratando a heterossexualidade como superior e naturalizando a exclusão das demais. Junqueira (2009) reúne estudos que evidenciam como essa lógica atravessa as escolas brasileiras e que enfrentá-la não cabe apenas a quem sofre o preconceito, mas a toda a comunidade escolar, o que implica ação pedagógica e institucional, e não apenas a punição de casos isolados.

A omissão, portanto, não é neutra: ao não tratar do assunto, a escola contribui para que o preconceito se mantenha, e os estudantes LGBT+ ficam sem referências, enquanto os demais ficam sem oportunidade de compreender a diferença. Se a omissão reproduz a exclusão, a resposta pedagógica precisa ser outra. Freire (1996) defende que

ISSN: 2358-8829

ensinar não é transferir conhecimento, mas criar condições para que o educando construa o seu, o que pressupõe respeito aos saberes que ele traz, saber escutar e reconhecer sua autonomia.

Essa perspectiva crítica e dialógica orienta a escolha das rodas de conversa como técnica, por favorecerem a escuta e a troca de experiências, e orienta também a decisão de conduzir a ação sem julgamentos, de modo que os estudantes pudessem se posicionar inclusive de forma contrária ao tema. Trata-se de uma educação inclusiva no sentido de acolher a pluralidade de vozes presentes na sala, sem exigir que todos pensem igual.

Há, por fim, o respaldo no ordenamento jurídico. A Constituição Federal elenca entre os objetivos da República a promoção do bem de todos, sem preconceitos e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988, art. 3º, inc. IV). Estabelece também que a educação visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu preparo para o exercício da cidadania (BRASIL, 1988, art. 205), com base, entre outros princípios, na igualdade de condições de acesso e permanência na escola e no pluralismo de ideias (BRASIL, 1988, art. 206, incs. I e III), e que as universidades obedecem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988, art. 207).

Se a escola é espaço de formação cidadã, o debate sobre diversidade faz parte dessa formação, e a extensão universitária é um caminho para levá-lo à educação básica de forma dialógica. As categorias analisadas adiante (acolhimento e experiências de preconceito, segurança e diálogo, referências LGBT+ e importância do debate) correspondem, assim, aos pontos em que a escola pode reproduzir a exclusão ou construir respeito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram organizados em quatro categorias, que correspondem aos eixos do questionário e das rodas de conversa. Como o questionário foi respondido por 14 dos 41 estudantes e várias respostas foram curtas ou evasivas, os números indicam tendências, e não proporções da turma. O Quadro 1 sintetiza as respostas.

Quadro 1 – Síntese das respostas ao questionário diagnóstico (n = 14)

Categoria	Pergunta	Respostas

ISSN: 2358-8829

Acolhimento e preconceito	A escola é acolhedora para pessoas LGBT+?	7 sim; 3 não; 1 talvez; 3 não sei ou em branco
Acolhimento e preconceito	Já presenciou ou viveu preconceito ou LGBTfobia na escola?	5 sim; 6 não; 3 não sei ou em branco
Segurança e diálogo	Sente segurança para falar do tema em sala?	3 sim; 4 não; 4 não sei; 3 outras respostas
Segurança e diálogo	Como teve contato com o debate?	7 relataram algum contato; 7 não souberam descrever
Referências LGBT+	Conhece pessoas LGBT+ que são referências?	4 citaram nomes; 2 apenas "sim"; 8 não ou não sei
Importância do debate	Importância de falar do tema na escola	5 positivas; 2 contrárias ou indiferentes; 7 não sei ou em branco
Importância do debate	O debate contribui para um ambiente mais justo e democrático?	5 sim; 1 não; 1 "mais ou menos"; 7 não sei ou em branco

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Na categoria "acolhimento e experiências de preconceito", 7 dos 14 respondentes consideraram a escola acolhedora, 3 disseram que não, um respondeu "talvez" e os demais não souberam responder ou deixaram em branco. Ao mesmo tempo, 5 afirmaram já ter presenciado ou vivido situações de preconceito ou LGBTfobia na escola. Há aí uma tensão, já que parte de quem vê a escola como acolhedora também relata preconceito, e as justificativas ajudam a entendê-la: enquanto um estudante afirmou que "nunca vi ninguém sofrendo preconceito", outro respondeu "Não, porque eles são muito preconceituosos".

Nas rodas, a pergunta sobre a abordagem da homofobia na escola recebeu respostas como "a escola é opressora" e "não fala sobre isso", o que reforça a percepção de que o acolhimento, quando existe, não vem de uma ação institucional. Essa leitura dialoga com Louro (2001) e Junqueira (2009): o silêncio da escola sobre a diversidade não é neutro, pois deixa o preconceito agir sem ser nomeado.

ISSN: 2358-8829

Na categoria “segurança e diálogo”, apenas 3 estudantes disseram sentir segurança para falar do tema em sala, 4 disseram que não (um deles “não muito”), um respondeu “+/-“ e 4 afirmaram não saber, um deles “por nunca ter falado”. Quanto ao contato prévio com o debate, 7 relataram alguma experiência por redes sociais, conversas, projetos ou cursos, e 7 não souberam descrever. Um estudante resumiu o contato como “um estresse pq as pessoas pensam que temos que pensar igual a eles”, fala que mostra como o tema chega muitas vezes de forma conflituosa.

O relatório da ação registra que parte dos alunos demonstrou insegurança e timidez. Observou-se que um grupo formado por meninos heterossexuais, demonstrou incomodo inicial ao abordar temas de gênero e sexualidade na sala de aula, o que exigiu uma condução acolhedora e sem julgamentos. No entanto, ao participarem das dinâmicas, esses estudantes puderam ampliar sua visão, desenvolvendo maior abertura para o diálogo e a atitude de respeito às diferenças. Destacamos que uma das respostas “não sei, por nunca ter falado” revela insegurança, em boa medida, relacionada à falta de oportunidade para falar sobre tais assuntos. Nesse sentido, a roda de conversa cumpriu o papel de criar essa oportunidade, alinhada com a perspectiva freireana de que o diálogo parte do respeito ao que o educando traz (FREIRE, 1996).

Na categoria “referências LGBT+”, 4 estudantes citaram nomes, todos de figuras contemporâneas da mídia e da política, 2 responderam apenas “sim” e 8 não souberam ou disseram não conhecer. Nenhuma resposta mencionou figuras históricas. A exposição dialogada ampliou esse repertório com Tibira do Maranhão e Xica Manicongo, e o relatório registra curiosidade e interesse dos estudantes ao conhecerem pessoas LGBT+ que assumiram posições de prestígio e protagonismo.

Trazer essa história é também desfazer a ideia de que a diversidade é um fenômeno recente: a dissidência de gênero no contexto colonial brasileiro, por exemplo, tem em Tibira do Maranhão uma personagem emblemática (OLIVEIRA; GONÇALVES DIAS, 2025). Observou-se ainda dificuldade de parte dos alunos em diferenciar sexo, gênero e orientação sexual, o que indica a necessidade de reforço conceitual, em coerência com a noção de gênero como construção social (BUTLER, 2003).

Na categoria “importância do debate”, 5 estudantes avaliaram como importante falar do tema na escola e 5 consideraram que o debate contribui para um ambiente mais justo e democrático. Um deles justificou que “tem pessoas que tem medo de se abrir

para os pais ou até mesmo para os amigos". Houve também posições contrárias, como "não vejo necessidade pra debater pq a pessoa quer ser de outro gênero", e muitas respostas "não sei" ou em branco (7 em cada uma das duas perguntas).

A resistência convive, portanto, com a demanda: o relatório registra que os próprios estudantes reforçaram a necessidade de discutir o tema em sala, e que, durante a confecção do cartaz "Respeito sempre", adolescentes LGBT+ relataram experiências de LGBTfobia na escola, na igreja e em casa, enquanto colegas que não se identificam como parte da comunidade também contribuíram com suas vivências. Segundo Borrillo (2010), a homofobia opera por hierarquização, e foi justamente esse tipo de fala, vinda de quem a vive e de quem a observa, que a atividade permitiu trazer à tona.

Figura 1 – Cartaz coletivo "Respeito sempre"



Fonte: Acervo da equipe do projeto (2025).

Em conjunto, os resultados indicam que a ação cumpriu o objetivo de criar um espaço de escuta e reflexão, ainda que os dados do questionário revelem uma base de partida marcada por pouco contato com o tema e insegurança para falar dele. A fragilidade de parte das respostas, por sua vez, é um achado em si, pois mostra que

ISSN: 2358-8829

muitos jovens chegam ao ensino médio sem ter tido oportunidade de refletir sobre esses assuntos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou os dados produzidos no desenvolvimento de um projeto de extensão realizado com estudantes do 1º ano do Ensino Médio de uma escola estadual de Belém do Pará. A análise evidenciou que essas temáticas ainda encontram pouco espaço de discussão no cotidiano da escola participante, realidade também reconhecida pelos estudantes. A ausência de debates revela que o silêncio institucional não representa neutralidade, mas pode contribuir para a manutenção de desconhecimentos, preconceitos e dificuldades de reconhecimento das diferentes experiências juvenis.

Por outro lado, os dados analisados demonstraram que a criação de espaços acolhedores, fundamentados na escuta e no respeito, favoreceu a participação dos estudantes, o compartilhamento de experiências e a aproximação com conhecimentos relacionados a sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual. O interesse manifestado pelos estudantes durante as discussões e o contato com trajetórias históricas de pessoas LGBT+ também apontaram para a importância de práticas educativas que articulem informação, reflexão e reconhecimento da diversidade.

A análise da experiência permitiu, ainda, refletir sobre a contribuição da extensão universitária para a formação inicial de pedagogas e pedagogos. Ao aproximar os estudantes de Pedagogia das realidades e demandas da educação básica, a ação favoreceu o exercício da escuta, da mediação pedagógica e da construção de estratégias educativas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades. Trabalhar com diversidade sexual e de gênero exige mais do que domínio conceitual: requer sensibilidade para reconhecer diferentes experiências juvenis, preparo para enfrentar manifestações de preconceito e compromisso ético com a construção de ambientes educativos democráticos e inclusivos.

É necessário considerar, entretanto, os limites do estudo, especialmente a participação de apenas 14 dos 41 estudantes no questionário, o número reduzido de encontros e a realização da ação em uma única turma. Essas condições não permitem generalizações nem afirmar mudanças duradouras nas percepções dos participantes.

Apontam, contudo, questões relevantes para o desenvolvimento de novas iniciativas, entre elas a ampliação do tempo de intervenção, a utilização de recursos pedagógicos diversificados e a articulação das discussões sobre gênero e sexualidade ao Projeto Político-Pedagógico da escola.

Por fim, a análise reafirma que promover o respeito à diversidade sexual e de gênero na escola não pode depender exclusivamente de projetos pontuais ou da iniciativa individual de determinados profissionais. É necessário que essas discussões integrem o cotidiano escolar, os processos de formação docente e as práticas pedagógicas, de modo que as diferentes experiências juvenis sejam reconhecidas e respeitadas.

Mais do que transmitir informações, iniciativas dessa natureza contribuem para a formação crítica dos jovens, para o enfrentamento da LGBTfobia e para a construção de uma cultura escolar pautada no respeito às diferenças, na equidade e no exercício da cidadania. Assim, a articulação entre universidade e escola, revela-se uma possibilidade importante de ao mesmo tempo produzir conhecimento e fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com uma educação democrática, inclusiva e socialmente referenciada.

Palavras-chave: juventude; diversidade; gênero; educação inclusiva; cidadania.

REFERÊNCIAS

BdF EXPLICA. **Ideologia de gênero:** que balela é essa? [S. l.]: Brasil de Fato, 4 jul. 2024. 1 vídeo (YouTube). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P4btrz8OgU8. Acesso em: 12 nov. 2025.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia:** história e crítica de um preconceito. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52, set./dez. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/zsHS7SvbPxKYmvcX9gwSDty/. Acesso em: 15 out. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: academia.edu. Acesso em: 15 out. 2026.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/SECAD; UNESCO, 2009. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187191. Acesso em: 15 out. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação,** [S. l.], v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338. Acesso em: 15 out. 2026.

OLIVEIRA, R. da S.; GONÇALVES DIAS, E. A dissidência de gênero no contexto indígena do Brasil colonial protagonizado pela personagem Tibira do Maranhão. **Revista de Letras Norte@mentos**, v. 18, n. 52, p. 244-259, 2025.